DECISÃO SINGULAR	**:**	**DSG-G.ICN-3132/2015**
PROCESSO TC/MS	**:**	TC/9531/2014
PROTOCOLO	**:**	1509939
ÓRGÃO	**:**	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAURILÂNDIA
ORDENADOR DE DESPESAS	**:**	VAGNER ALVES GUIRADO
CARGO DO ORDENADOR	**:**	PREFEITO
ASSUNTO DO PROCESSO	**:**	CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2014
ÓRGÃO JULGADOR	**:**	JUÍZO SINGULAR
RELATOR	**:**	CONS. IRAN COELHO DAS NEVES
CONTRATADA	**:**	GRAF CENTER LTDA - ME
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	**:**	CONVITE Nº 008/2014
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	**:**	FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS GRÁFICOS.
VALOR INICIAL DA CONTRATAÇÃO	**:**	R$ 59.198,10

EMENTA. CONTRATAÇÃO PÚBLICA. 1ª E 2ª FASES. FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS GRÁFICOS. REGULARIDADE E LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO REALIZADO NA MODALIDADE DE CONVITE E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO. PROSSEGUIMENTO.

O processo em epígrafe se refere à análise do procedimento licitatório realizado na modalidade de Convite nº 008/2014 (peça 7) e formalização do Contrato Administrativo nº 052/2014 (peça 17), firmado entre o **Município de Anaurilândia - MS**, CNPJ/MF n° 03.575.727/0001-95, representado pelo Prefeito, Sr. Vagner Alves Guirado, CPF/MF n° 390.252.841-91, como contratante, e a empresa **Graf Center Ltda Me**, CNPJ/MF nº 15.317.948/0001-42, representada pelo Sr. Marcelo Aparecido dos Santos, CPF/MF nº 695.956.741-68, como contratada.

O objeto do presente contrato é o fornecimento de material e serviços gráficos, no valor de RS 59.198,10 (cinquenta e nove mil, cento e noventa e oito reais e dez centavos), com prazo de vigência de 15/4/2014 a 31/12/2014.

A 2ª Inspetoria de Controle Externo, através da análise conclusiva ANA-2ICE-14612/2014 (peça 19) se manifestou pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório realizado na modalidade de Convite nº 008/2014 e formalização do Contrato Administrativo n° 052/2014.

O Ministério Público de Contas analisou os documentos acostados nos autos e por meio do parecer PAR-MPC-GAB.7DR.JAC-636/2015 (peça 20) opinou pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório e da formalização do instrumento respectivo, por estarem em conformidade com a legislação pertinente.

É o relatório.

Conclusos vieram os autos para decisão.

Cumpridos os pressupostos processuais e instruídos regularmente os autos, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, parágrafo único, II, "b", da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

O mérito da questão repousa na análise do procedimento licitatório realizado na modalidade de Convite nº 008/2014 e na formalização do Contrato Administrativo nº 052/2014.

No que tange ao procedimento licitatório, este seguiu os ditames da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações, acompanhado da dotação orçamentária garantidora dos dispêndios, da aprovação pela assessoria jurídica, das atas e deliberações da comissão e dos atos de adjudicação, homologação e publicação do resultado.

O instrumento de contrato foi formalizado de acordo com as determinações do capítulo III da Lei Federal nº 8.666/93 e estabelece com clareza e precisão as condições para a sua execução.

O contrato foi firmado em 15/4/2014 e a publicação de seu extrato ocorreu em 16/4/2014 (peça 18), em conformidade com o prazo estabelecido pelo parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal n° 8.666/93.

Desta forma, acolho o posicionamento adotado pelo eminente Procurador de Contas porquanto, de fato, o procedimento licitatório e a formalização do contrato administrativo se mostram adequados às normas legais vigentes.

Ante o exposto, com fundamento legal no artigo 21, II e artigo 59, I, ambos da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, combinado com os artigos 9º e 10, II, artigo 120, I e II, artigo 121, I e II e artigo 171, da Resolução Normativa TC/MS n° 76, de 11 de dezembro de 2013, acolho o parecer ministerial e **decido**:

1 – Pela **regularidade** e **legalidade** do procedimento licitatório realizado na modalidade de Convite nº 008/2014 e formalização do Contrato Administrativo nº 052/2014, firmado entre o **Município de Anaurilândia - MS**, CNPJ/MF n° 03.575.727/0001-95, representado pelo Prefeito, Sr. Vagner Alves Guirado, CPF/MF n° 390.252.841-91, como contratante, e a empresa **Graf Center Ltda Me**, CNPJ/MF nº 15.317.948/0001-42, representada pelo Sr. Marcelo Aparecido dos Santos, CPF/MF nº 695.956.741-68, como contratada;

2 – Pelo retorno destes autos à 2ª ICE para que aguarde a total execução financeira do contrato, nos termos do artigo 84, parágrafo único, II, "a" combinado com o artigo 120, § 2º do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

3 - Pela intimação dos interessados acerca do resultado deste julgamento, em conformidade com o artigo 50, I, da Lei Complementar nº 160, de 02 de Janeiro de 2012, combinado com o artigo 70, § 2º e artigo 99, da Resolução Normativa TC/MS n° 76, de 11 de dezembro de 2013.

Campo Grande - MS, 6 de maio de 2015.

IRAN COELHO DAS NEVES

Conselheiro-Relator